
O SOFRER, O NARRAR, O AGIR: DIMENSÕES DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE FAMILIARES DE VÍTIMAS

Paula Lacerda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: *Este trabalho consiste em uma análise da relação entre acontecimentos de violência contra meninos de 8 a 15 anos, na cidade de Altamira, Pará, e as ações subsequentes organizadas por seus familiares. Narrando suas trajetórias de mobilização, os familiares das vítimas constroem a “luta” como sendo um “caminho cheio de espinhos”, pontuado por decepções. Todavia, é justamente esse penoso caminhar que lhes provoca a sensação de proximidade com seus filhos e irmãos. A mobilização configura-se como recurso encontrado para “fazer alguma coisa” por seus meninos, assim evitando que os crimes pudessem se repetir e também para que as vítimas não fossem jamais esquecidas. A análise privilegiará a dimensão da fala em sua potencialidade curativa, mas que é também capaz de fazer reviver, nos corpos e nas almas de mães, irmãs e pais de vítimas, dores e sofrimentos descritos como sendo os piores de suas vidas.*

Palavras-chave: *Amazônia, emoções, evento crítico, mobilização social.*

Abstract: *This paper aims to analyze the relationship between events of violence against boys from eight to fifteen years in Altamira, Pará, and the subsequent actions organized by their families. Narrating their trajectories of mobilization, the victims’ relatives create their “fight” as a “thorny path”, punctuated by disappointments. However, this is just painful walk that provokes the feeling of closeness with their sons and brothers. The mobilization appears as a resource found to “do something” for their children, thus preventing the crimes could be repeated and so that the victims were never forgotten. The analysis will focus on the dimension of speech in its curative potential, but is also capable of reviving, in the bodies and feelings of mothers, sister and fathers of victims, sufferings and pains described as the worst of their lives.*

Keywords: *Amazon, critical event, emotions, social mobilization.*

Os meninos de Altamira

Fernando, Pedro, João,¹ Judirley, Jaenes, Klebson, Tito, Ailton, José Carlos, Edinaldo, Renato, Maurício, Renan, Flávio e Rosinaldo tinham idades entre 8 e 15 anos, moravam em Altamira (PA), a cidade cortada pela Transamazônica e, de famílias humildes, andavam pelas ruas da cidade engraxando sapatos, tocando o gado, vendendo peças de fogão ou salgadinhos, indo ou voltando da escola ou de um banho no igarapé. Além destes meninos, outros nove, segundo o coletivo político formado pelos familiares das vítimas, foram também abordados por um estranho que lhes oferecia uma promessa de um trabalho (“eu tenho sapatos para engraxar!”), de uma brincadeira (“vamos ali caçar papagaios!”) ou de uma comida (“mais adiante tem mangas mais maduras!”) na tentativa de afastar-se das áreas mais movimentadas da cidade.

Desconfiando do desconhecido, alguns meninos conseguiram fugir pouco depois de serem abordados. Outros acompanharam o estranho que logo colocou em seus rostos um pano embebido por uma substância de cheiro forte que provocou seu desmaio. *Fernando, Pedro* e *João* acordaram em meio à mata, horas ou dias depois de caminharem na companhia do estranho, e, além de ensanguentados, perceberam-se com o órgão sexual mutilado. Judirley, Jaenes, Klebson e Flávio não acordaram. Seus corpos foram encontrados por familiares que organizavam “mutirões” em sua procura. De alguns meninos, restaram apenas as suas ossadas, ou melhor, a possibilidade de que as ossadas apresentadas pela polícia sejam de fato suas. De outros, não restaram corpos, nem ossadas, nem mesmo informações sobre o que lhes teria acontecido. Sobre Maurício, Renan, Rosinaldo, José Carlos e Tito restam as lembranças de seus familiares sobre como eram, o que gostavam de fazer, de vestir e de comer e sobre como passaram seu último dia. A estes meninos restou a categoria

¹ Os nomes dos sobreviventes foram alterados e seguem em itálico como forma de preservar suas identidades. Da mesma forma, optei por não identificar o processo judicial em questão. Já os nomes dos meninos mortos e de todas as outras pessoas aqui citadas são reais, de maneira a visibilizar os crimes e levar adiante a politização em torno do “caso”. Todas as decisões foram fruto de acordo com os familiares das vítimas. Este artigo é produto da tese *O caso dos meninos emasculados: polícia, justiça e movimento social*, defendida no PPGAS/MN/UFRJ, sob a orientação de Adriana Vianna, em 2012 (ver Lacerda, 2012).

“desaparecido”, com todas as imprecisões e limitações (jurídicas, inclusive) que o termo produz.² Para seus familiares, o fato de serem “meninos bons” e de terem desaparecido no período em que a cidade acompanhava os horríveis “crimes de emasculação”, somado ao descompromisso da polícia em realizar buscas, produzia a certeza de que eles não haviam simplesmente “desaparecido”, mas, infelizmente, tinham padecido do mesmo sofrimento dos outros meninos cujo corpo, vivo, morto ou já decomposto, pôde ser encontrado.

Tanto nos casos de desaparecimento quanto nos demais, os familiares das vítimas mobilizaram-se para que os crimes fossem investigados e punidos e também para que não fossem esquecidos. Embora “lutar por justiça” após a perda de um familiar seja um recurso rotineiramente acionado, considerando que a grande maioria dos crimes não chega sequer à etapa judicial,³ a “luta” não pode ser “naturalizada” como se estivesse dissociada de escolhas, do contexto em que os crimes foram perpetrados, das características da vítima e, notadamente, das propriedades sociais daqueles que se aproximam das famílias após o acontecimento de violência, visando oferecer algum tipo de “ajuda”.

Buscando analisar esse processo em que identidades políticas são constituídas em resposta a um acontecimento de violência vivido como evento devastador, nas próximas páginas partirei da mobilização social dos familiares dos meninos de Altamira, para demonstrar como o mobilizar-se, embora seja referido como uma lenta e dolorosa “caminhada” (“tortuosa” e crivada de “espinhos”), é uma ação política da maior importância, tanto no sentido mais amplo quanto em seu sentido micropolítico, relativo à gestão de suas emoções (Rezende; Coelho, 2010). Nesse sentido, é esse “caminhar” que transforma “crimes” em um “caso”. E essa ação é também atuante no plano

² Ver Ferreira (2011) para uma excelente análise do desaparecimento civil de pessoas no Brasil contemporâneo.

³ No Brasil, não há produção sistemática de dados sobre o número de denúncias que se transformam em inquéritos, do número de inquéritos que se transformam em processo e, dentre estes, o quantitativo dos que chegam a ser julgados. Ainda assim, levantamentos de órgãos como a Comissão Pastoral da Terra, que monitora a impunidade relativa aos conflitos agrários, nos dão mostra do problema: segundo dados atualizados em 2011, apenas 8% das mortes no campo chegam a ser julgadas (Comissão Pastoral da Terra, 2012). No plano governamental, destaque-se a iniciativa recente do Conselho Nacional do Ministério Público, de concluir as investigações por homicídio doloso instauradas até 31/12/2007. Segundo dados reunidos no “inqueritômetro”, dos 138.794 inquéritos apresentados à Justiça até essa data-limite, restam ainda 65.205 a serem encaminhados no sentido de “desclassificações”, “arquivamentos” ou “denúncias”. Conferir <http://inqueritometro.cnmp.gov.br/inqueritometro/home.seam>.

das subjetividades dos familiares, produzindo o sentimento, que lhes acalenta, de que “algo está sendo feito” por seus meninos, pelas suas memórias, e assim (re)constituem o vínculo que poderia ter sido rompido com a morte, o desaparecimento ou a mutilação de seus filhos ou irmão.

Este artigo está estruturado em duas partes, além das conclusões. A primeira, através do relato do crime contra uma das vítimas, discute as circunstâncias em que a violência foi praticada e o sentimento de devastação que acometeu sua mãe. Veremos que esse sentimento, ou melhor, a superação desse estado emocional, é interpretado como fundamental para que fosse possível tomar a decisão de “lutar”. Na segunda parte, busco analisar as narrativas dos familiares nas ocasiões em que o “falar” sobre o “caso” representa uma ação política e também funciona como um ato de cura (Taussig, 1993).

No plano teórico, este artigo tem a expectativa de contribuir com as discussões sobre mobilização social, sentimentos e política, inspirado no que vem sendo feito, no exterior, em artigos como os reunidos nas coletâneas de Goodwin, Jasper e Polletta (2001) e Flam e King (2005); e, no Brasil, no trabalho pioneiro de Leite (2004) e, mais recentemente, nas análises de Víctora e Ruas-Netto (2011), Vianna e Farias (2011) e Durão e Coelho (2012). No que se refere ao conceito de “sofrimento”, sigo a perspectiva de Kleinman, Das e Lock (1997), que o entendem como resultado de forças devastadoras sobre a experiência humana, capazes de alterar essa experiência. Além disso, como se verá, o sofrimento é também uma categoria nativa, acionada pelos familiares das vítimas para qualificar o estado emocional em que se encontram desde que seu menino foi pego por um estranho, há mais de 20 anos.

A presente análise é tributária das perspectivas de Veena Das (1996, 2007) sobre dor, discurso e política. No caso que analisarei, o sofrimento é quase sempre acompanhado de outra categoria, a “dor”, que materializa no corpo, mas também na alma, os resultados dessa violência sem igual. As “dores de cabeça”, as “enxaquecas”, os “problemas de coração”, de “respiração”, a “pressão alta”, a “angústia”, a “depressão”, a “falta de vontade de viver”, como também a inapetência sexual produzem nos corpos dos familiares, especialmente no das mulheres, as torturas físicas infringidas em seus meninos. Como veremos, trata-se de uma dor que pode ser sentida a partir de um corpo diferente daquele no qual as violências foram praticadas. Buscarei analisar a política produzida a partir de uma dor que “pode ser sentida no corpo de outro” (Das, 1996, p. 195).

Os crimes, os afetos e a devastação

Na manhã do dia 1º de outubro de 1992, Jaenes da Silva Pessoa, de 13 anos, saiu para tocar o gado de seus pais no pasto perto de sua casa. Era o filho mais velho da professora Rosa Maria da Silva Pessoa e do lavrador Juarez Gomes Pessoa. De acordo com as memórias de sua mãe, logo que Jaenes nasceu, seus familiares disseram que ele era “o bebê mais bonito da família” e o presentearam com um par de bovinos. Com os anos, seu Juarez e dona Rosa conseguiram aumentar a criação. O combinado, no entanto, seria vender o gado depois de um tempo e, com o dinheiro, montar um comércio no próprio terreno onde moravam, deixando para trás o desgaste inerente à atividade de pecuarista/lavrador. Para dona Rosa, o comércio tinha a vantagem de permitir que eles estivessem mais próximo da casa, acompanhando os filhos de perto.

Antes que este plano pudesse se concretizar, no entanto, Jaenes desapareceu. O menino não voltou para casa no horário habitual. Seu Juarez mandou chamar sua esposa na escola. Averiguando nas redondezas, dona Rosa soube que foram ouvidos gritos que poderiam ser de Jaenes, aos quais não foi dada a devida atenção porque os vizinhos acharam que se tratava de gritos de qualquer um que estivesse tocando o gado. Dona Rosa, segundo relatou em entrevista, entrou em pânico logo quando foram chamá-la na escola, temendo que seu filho tivesse sido vítima dos violentíssimos crimes que estavam sendo praticados desde 1989, nos quais as crianças eram sequestradas, mutiladas e depois jogadas na mata.

Como os crimes anteriores tiveram intensa repercussão na cidade, dona Rosa havia alertado seu marido para que, enquanto ela estivesse dando aulas, ele olhasse os filhos com atenção. Os meninos não deveriam ser deixados a sós, tampouco deveriam pastorear o gado, pois para isso era preciso atravessar o pasto deserto e sujeito à invasão de estranhos. Dona Rosa conversou também com os filhos, orientando-os a não se afastarem de casa e, ainda assim, caso algum estranho se aproximasse, deveriam gritar, correr, pedir socorro. Em nossa entrevista, dona Rosa ficou com os olhos marejados ao lembrar que seu filho era um menino obediente, que gostava de “se vestir bem”, de “comer bem” e de “cuidar dos irmãos”.

A rememoração do desaparecimento é pontuada, na fala de dona Rosa, pelos sentimentos de culpa e de impotência. Embora ela tenha se preocupado

em alertar os filhos e o marido sobre os perigos da cidade e recomendar cuidados, isso não foi suficiente para poupar a vida do primogênito. O fato de estar trabalhando, mas com “a cabeça sempre em casa”, também não mudava nada. Nada mais poderia ser feito para reverter o pior. Se naquele dia ela tivesse dispensado os alunos mais cedo, se tivesse decidido descansar o corpo gripado em casa... São essas reticências que comunicam a continuidade do sofrimento, a despeito dos anos de “luta”. O sentimento de culpa é ainda maior quando dona Rosa imagina o que teria sido feito de seu filho depois de sequestrado.

Quando eu estava terminando a aula, quer dizer, já tinha liberado os alunos, eu escuto uma gritaria, uns gritos, assim, que passaram rápido, como quem passa dentro de um carro. E hoje eu penso que meu filho pode ter passado bem em frente à escola e ter chamado por mim, pois a casa do Amailton [um dos acusados e condenado pela morte de Jaenes] é bem ali perto. (Entrevista com dona Rosa, Altamira, 2010).

Apesar de não haver indicativos de que Jaenes tenha sido levado de carro, tampouco de que tenha ido para a casa de Amailton, que fica em uma das ruas mais movimentadas de Altamira, a possibilidade desse ocorrido é suficiente para que dona Rosa coloque-se em posição de cobrar a si mesma por não ter interrompido a agonia do filho. O sentimento de devastação expresso tanto em palavras como também no corpo e na trajetória dessa mãe tornam opacas as fronteiras entre as circunstâncias do crime que se tornaram conhecidas (como resultado das parcas investigações policiais ou pelos rumores que circulavam na cidade) e as possibilidades e probabilidades que ela própria construiu (inicialmente para si, mas também para seus ouvintes) sobre o crime. Não só os relatos de dona Rosa, como também de outras mães que tiveram seus filhos vitimados, assumem, de modos variados, uma parcela da responsabilidade pelo que aconteceu com seus meninos.

Por um lado, poderíamos encontrar na relação entre gênero e maternidade uma explicação possível para essa percepção sobre a agência que teriam sobre o crime contra seus filhos. A não tematização dos pais e da irmã das vítimas, que também se mobilizaram, a despeito do sentimento de culpa reforça a leitura de que, em nossa sociedade, os compromissos de proteção são socialmente esperados por parte das *mães*. A bibliografia especializada, ademais, oferece um outro cruzamento da relação entre gênero e maternidade que é o da classe social. Nesse sentido, sobretudo nas camadas populares,

o advento da maternidade tende a estar diretamente associado à própria noção de pessoa e na configuração do sujeito moral vigente nesses contextos (Duarte, 1987; Fonseca, 2000; Heilborn, 1997). As análises sobre o tema realizadas a partir do contexto amazônico tendem a confirmar esses aspectos (D’Incao; Cotta Jr., 2001; Maneschy; Almeida, 2002; Pantoja, 2007), acrescentando que a presença da mulher nos espaços públicos – como era o caso da mãe de Jaenes – em vez de suavizar o compromisso com o âmbito doméstico, acaba por acentuá-lo (Maneschy; Almeida, 2002; Silva, 2008).

Para além da relação estabelecida entre gênero e maternidade, as características dos crimes contra os meninos parecem estar fortemente relacionadas aos sentimentos de responsabilidade e culpa dessas mães. Não por acaso, muitas relataram terem “deixado de lado” seus outros filhos quando estavam tristes demais ou quando precisaram “sair às ruas” para “lutar” pelo filho vitimado. Nesses casos, o sentimento de culpa que poderia haver em relação ao abandono (ainda que temporário e sob controle) dos outros filhos cedia lugar ao sentimento de satisfação decorrente das escolhas implicadas, ou seja, do laço que estabeleciam com o menino “emasculado”. A gramática relacionada às relações dessas mães com os filhos vitimados as leva a afirmar que o menino morto ou desaparecido era “o melhor filho que tinham”, algo bastante destoante da cultura materna de modo geral.

No que se refere às concepções de gênero e maternidade que analisamos, estamos, portanto, distantes do cenário descrito por Scheper-Hughes (1992), a partir do Nordeste brasileiro, no qual o “amor materno” afastar-se-ia da expectativa social em razão do contexto de extrema carência que resulta em altíssimas taxas de mortalidade infantil. Desse modo, diferente do “morrer sem choro” que, segundo a autora, descreveria as reações maternas diante da morte prematura de seus filhos, as reações que analiso são diametralmente opostas: são mães que não cansam de prantejar a morte dos filhos e assim revelam as angústias ainda presentes, mesmo décadas depois, de não terem podido resguardá-los da brutalidade extrema.

Ao comparar as gramáticas associadas ao luto nesses dois contextos etnográficos, acredito que as percepções em torno do *modo de morrer* expliquem a diferença. Ao ser percebida como uma decorrência das dificuldades enfrentadas cotidianamente por adultos e crianças, a morte de um filho por desnutrição ou disenteria não torna socialmente esperado o pranteamento público, o que não significa dizer que ela não seja sentida. As asinhas de anjos

colocadas nas crianças que levam o pequeno caixão sintetizam esse universo no qual a morte não é um assunto de adultos. Uma morte como essa é percebida como parte do curso da vida. Para viver, segundo os interlocutores de Scheper-Hughes (2008), seria preciso ter “talento para a vida”. É possível dizer que esse tipo de morte assume contornos locais que permitem classificá-lo como um tipo de “boa morte”, no sentido proposto por Menezes (2004), o que é bastante diferente da vida interrompida ou indelevelmente marcada pela ação de criminosos cujas motivações jamais foram plenamente esclarecidas, como no caso dos meninos de Altamira.

Depois de saber que seu vizinho ouvira gritos no pasto, como vimos, dona Rosa organizou um mutirão de buscas. O corpo de Jaenes foi encontrado em um sítio próximo à sua casa, após três dias, pelo pai do menino, acompanhado por vizinhos e parentes. Jaenes foi encontrado com as vestes limpas, com os globos oculares arrancados, o pulso dilacerado e a genitália extirpada e outros sinais de sevícias. Como nos demais casos, o órgão sexual jamais foi encontrado.

Meses depois do assassinato, dona Rosa teria sonhos nos quais o menino chamava pelo pai e este não o atendia, embora estivesse perto. Em uma variação desses sonhos, o filho expressava indiferença, tristeza ou raiva em relação ao pai. Certa noite, Jaenes teria recomendado explicitamente que sua mãe se separasse do marido. Dona Rosa disse ter se sentido “dividida” em relação ao que interpretava como sendo a vontade do filho morto, talvez por querer lhe comunicar alguma coisa sobre as desconhecidas circunstâncias de sua morte, e o casamento, cuja manutenção era vista como positiva para os outros filhos. As dificuldades que o casal enfrentava não se restringiam à decepção da mãe que julga o pai dos filhos displicente, nem mesmo deviam-se, exclusivamente, ao alerta do filho morto, transmitido através de sonhos. Era o parentesco de seu Juarez com Amailton, já investigado pela polícia como tendo envolvimento nas “emasculações” e a incisiva recusa de que um parente pudesse cometer atrocidades contra seu filho, o que tornava insustentável a relação cotidiana do casal.

Dona Rosa jamais olhou o corpo do filho, fosse no meio do mato, fosse na pedra do hospital que servia como necrotério. Nem mesmo olhou o corpo no caixão, durante o velório. Ela não foi capaz de encarar a brutalidade no corpo do filho, pois “só de imaginar”, ela “passava mal”, “ficava dias pensando naquilo, com aquelas imagens na cabeça”. As lembranças constantes da violência que invadiam sua mente dia e noite, a saudade do filho, os conflitos com o marido, a sensação de que os crimes poderiam se repetir e, até mesmo,

vitimar o filho mais novo, provocaram o sentimento que dona Rosa descreveu como sendo uma “fraqueza muito grande” que a impedia de cuidar de si, da casa, dos outros filhos, do marido. Não levantar da rede, não trabalhar, não se alimentar, não ter concentração suficiente para assistir TV, ler um livro ou mesmo conversar com alguém foram situações associadas ao sofrimento iniciado com o desaparecimento do filho.

Embora, como propôs Veena Das (2007), pudéssemos compreender a suspensão do cotidiano como uma resposta possível à violência extrema, representando uma forma de comunicar com atos o que não poderia ser expresso em palavras, é importante demarcar que, para os familiares entrevistados, esse momento de “fraqueza” é diferente de quando decidiram “ir às ruas”. Nesse sentido, os familiares de Altamira não compreendem como um ato político a interrupção de suas atividades cotidianas, os dias de choro e tristeza intensos, embora afirmem que a vivência desse período em toda sua devastação foi crucial para que pudessem reunir “forças” para “lutar”.

Os crimes contra os meninos, resultantes em mortes ou não, são referidos como acontecimentos inesquecíveis e insuperáveis. São muitos os relatos de mães que dizem que “todas as noites, ao colocar a cabeça no travesseiro” lembram de seus filhos, do dia em que foram vitimados ou desapareceram. Certa tarde, perguntei a dona Rosa se ela pensava no filho todos os dias, ao que ela me respondeu não apenas pensar no menino todos os dias, mas em todas as horas do dia: toda hora de acordar, toda hora de almoço, de banho, de descanso etc. Por outro lado, o tempo tem efeito importante sobre como as memórias e as dores são processadas. A passagem entre o estado emocional no qual os familiares não conseguiam retomar suas atividades cotidianas e a decisão de “lutar” se dá pela metamorfose da própria dor. Eventos concretos, signos dos efeitos do tempo, são decisivos nesse processo.

No caso de dona Rosa, a notícia do assassinato e mutilação de Klebson, de 14 anos, cerca de um mês depois do crime contra Jaenes, foi decisiva para a superação de seu estado de “fraqueza”, segundo sua própria leitura. Apesar de não conhecer a vítima nem seus familiares, dona Rosa reviveu em seu corpo as dores e as agonias da mutilação sexual. O corpo de Klebson foi encontrado em meio a mata sem o couro cabeludo e eviscerado, depois de três dias de seu desaparecimento. Segundo a irmã de Klebson, Esther Ferreira, o delegado que estava na cidade exclusivamente para investigar os casos de “emasculação” teria se negado a registrar o desaparecimento e a procurar pelo menino,

pois não teria acreditado na história que ela e sua mãe relatavam. Para o delegado, elas estavam “forjando” um desaparecimento para “tirar dinheiro” da família de Amailton. Como Klebson não tinha certidão de nascimento, a existência do menino teve que ser provada para que a polícia aceitasse ouvir o relato de seus familiares.

Dona Rosa soube, portanto, que mais um menino tinha sido vítima dos casos e que a família padecia da desassistência e do descompromisso das “autoridades”. As práticas implementadas pela polícia (e mais tarde repetidas no judiciário) a respeito do assassinato de Klebson deixam entrever a operacionalidade do Estado a partir das margens, no sentido proposto por Das e Poole (2008), onde o regime de exceção vem a tornar-se regra. Desse modo, as margens são entendidas não como fronteiras inertes, mas como objeto de contínua construção por parte dos agentes e das instituições que, a partir de tecnologias de poder, “controlam” e “pacificam” certas populações sob o argumento de que elas não seriam suficientemente socializadas nos marcos da lei (Das; Poole, 2008, p. 24).⁴

Dessa maneira, se, por um lado, dona Rosa sentia-se “fraca” devido às dores e os sofreres desde a morte do filho, por outro lado ela sentia-se solidária aos sentimentos de outras mães. Segundo suas percepções, essas mães tinham ainda menos meios do que ela de “lutar”, de “fazer alguma coisa” para que aquelas violências fossem interrompidas e para que a memória de seus meninos fosse velada. Foi, portanto, motivada pelo sofrimento, mas também pela compaixão e pela indignação, que dona Rosa tomou a decisão de “lutar”.

Narrativas de dor, narrativas de “luta”

Caracterizados em torno de uma mutilação dolorosa e que incide sobre o corpo, sobre a sexualidade e sobre o gênero das vítimas, além de representar

⁴ A respeito da insuficiente socialização dos responsáveis de Klebson, cabe destacar que esse crime representa o único caso de homicídio que pairou às margens do processo judicial, jamais sendo julgado ou investigado. O engajamento da irmã da vítima, bem como o apoio do coletivo dos familiares ao caso, não foram suficientes para combater os estigmas associados à família da vítima. Na interação com os agentes da lei, a ausência da certidão de nascimento de Klebson transforma-se no símbolo máximo da insuficiência da socialização legal de seus responsáveis, da qual o menino seria vítima. Aos olhos desses agentes, os “crimes de emasculação” eram resultado direto da situação de vulnerabilidade em que as vítimas se encontravam, herança da precariedade, da pobreza e da falta de instrução de seus responsáveis.

uma ação praticada em animais, os crimes de “emasculação” tiveram a potencialidade de desumanizá-los, como também a seus familiares. O modo como se pratica o crime e o terror que ele é capaz de produzir representam parte importante desse “modus operandi” do matar que traz consigo o sofrer, o silenciar e o paralisar. Como afirma Araújo (2012, p. 225) a respeito dos “desaparecimentos forçados”, “picotar um corpo” produz medo, aterroriza e, ao mesmo tempo em que destrói corpos, estabelece o controle social e aniquila a linguagem das vítimas, levando ao seu desaparecimento social.

Em sua análise sobre o terror, Taussig (1993, p. 30) propõe que “as culturas do terror são nutridas pelo entremesclar do silêncio e do mito”, o que nos instiga a trabalhar os efeitos do terror tanto em sua potencialidade paralisante e silenciadora quanto em sua potencialidade narrativa. Ao decidirem *falar* sobre o “caso dos meninos”, ao decidirem ocupar o espaço público das ruas de Altamira significando os brutais crimes como “um problema de todos”, os familiares ultrapassaram a primeira barreira imposta pelo terror que resultaria no ocultamento dos crimes, via silenciamento. Seguindo os passos de Taussig (1993) sobre as possibilidades de cura do terror que passam pelas narrativas (mitológicas e xamânicas), e de Das (1996), para quem a expressão da dor é um convite para o compartilhamento dessa mesma dor, buscarei pensar as propriedades associadas ao falar, seja em atos solenes e públicos, seja no contexto mais íntimo de nossas entrevistas. Procurarei refletir, em um plano, o que precisou ser superado para que os familiares desejassem tornar público o “pior momento de suas vidas” e, em outro plano, como se constrói esse relato capaz de produzir a adesão de quem o escuta.

Antes de prosseguir, contudo, creio ser importante estabelecer uma conexão entre os atos de fala e os protestos organizados pelo coletivo político formado pelos familiares das vítimas, que tiveram o formato, na maioria dos casos, de “caminhadas” e “vigílias”. Levando consigo grandes cruzes que simbolizavam as mortes, cartazes com o nome das vítimas, fotografia dos meninos com vida, portando velas acesas pelas ruas de Altamira enquanto caminhavam em silêncio ou entoavam cânticos católicos, os familiares das vítimas comunicavam-se, ao mesmo tempo, com a população da cidade, conclamada a engajar-se naquela “luta”, e com os criminosos, para quem demonstravam não terem se recolhido a despeito da brutalidade dos crimes. Além disso, os protestos produziam o sentimento de pertencimento mútuo aos familiares das vítimas, à semelhança da ideia de *communitas* proposta por Turner (2005, 2008).

Nesse sentido, entendo como *narrativas* o conjunto de atos de comunicação formado por discursos públicos, depoimentos em entrevistas, declarações à imprensa, inscrições em cartazes, gestos, choros, silêncios, caminhadas, vigílias, visitas às autoridades, entre outros. Compartilho, portanto, a perspectiva de Peirano (2001), para quem “o dito é também o feito”, considerando as propriedades performativas, em termos da produção de sentido e comunicação desse mesmo sentido.

Dentre os vários elementos que se mostram presentes nos atos e nas falas dos familiares de Altamira, demonstrando a relação de continuidade entre eles, merece destaque a presença dos preceitos da Teologia da Libertação, vertente inspiradora dos religiosos que se aproximaram dos familiares. A ideologia da não violência, o compromisso com a legalidade, a organização das demandas a partir dos direitos e deveres previstos nos instrumentos legais brasileiros e, sobretudo, a concepção que sustenta todas essas outras, que é a certeza de que a mobilização representa a única resposta possível à opressão e à violação de direitos, podem ser apontados como princípios morais em torno dos quais se constitui a mobilização na região da Transamazônica como um todo, e do Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense em particular.⁵

Se existe um “projeto moral” que embasa a narrativa de uma coletividade, como Durão e Coelho (2012) propõe a partir de estudo sobre o Grupo Cultural AfroReggae, no caso dos familiares de Altamira, poderíamos dizer que esse projeto consiste em *informar, alertar e conscientizar* a população a respeito das violações dos direitos das crianças, algo que ultrapassa os casos de mutilação sexual contra meninos. A narrativa dos familiares e de seus apoiadores constrói as “emascações” como a faceta mais brutal de um quadro de violência e violação que era sistemático, cotidiano. É nesse sentido que o “caso dos meninos” é configurado como um problema de toda a população e não apenas das famílias atingidas. Os familiares e seus apoiadores constroem-se como lideranças comprometidas com uma “causa” que objetivava garantir os direitos constitucionais – e então recentemente materializados no Estatuto da

⁵ A relação entre mobilização social e inspiração religiosa foi estudada a partir da Amazônia em pesquisas como as de Almeida (1990, 1993) e, mais recentemente, Hébette (2002), Souza (2006), Costa (2008), Silva (2008) e Maués (2010). Em Lacerda (2013), discuti de modo mais aprofundado a relação entre gênero, inspiração católica e mobilização social na Amazônia.

Criança e do Adolescente – no que tange à educação de qualidade, a assistência médica e social, a proteção à violência, etc. de todas as crianças da região.

Em outubro de 1992, apenas uma semana depois do crime contra Jaenes, Antonia Melo, então à frente do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade, junto a outras lideranças, organiza uma “caminhada” orientada “contra a violência e impunidade”. O trajeto da mobilização foi iniciado em frente à escola onde a vítima estudava e seguiria até o fórum da cidade, passando em frente à delegacia de polícia. À manifestação, segundo memórias da liderança e dos familiares das vítimas, compareceram mais de 10 mil pessoas, o que correspondia, à época, a mais de 10% da população espalhada pelo então maior município do mundo. A divulgação da caminhada foi feita, entre outros meios, através de uma “Carta Aberta à Comunidade Altamirense”, que dava a conhecer seu propósito do seguinte modo:

Nos últimos anos, Altamira vem sendo palco de bárbaras violências cometidas contra crianças e adolescentes. Requentes de perversidade (emasculação, sevícias, estupro...) se repetem nos diferentes casos sugerindo que a autoria de todos eles deve ser atribuída à(s) mesma(s) pessoa(s). [...] Contudo, o problema é maior. Em Altamira, as crianças e os adolescentes são vítimas de outras formas de violência: prostituição infantil, maus tratos, estupros, falta de assistência médica, de oportunidades para estudar, de alimentação suficiente, de morada digna... O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE que veio para concretizar o objetivo do texto da Constituição Federal, assegura os direitos da criança e do adolescente, com absoluta prioridade [...] Diante do exposto, apresentamos nossos protestos, declaramos nosso repúdio pela maneira negligente com que esses casos vêm sendo tratados e solicitamos apoio de toda a população no sentido de exigir mais seriedade de nossas autoridades no trato das providências que se referem a nossas crianças. (Grifo no original, documento incluído no processo judicial).

A conexão entre as “bárbaras violências” e as violações cotidianas que alcançam a todos é um elemento crucial na produção da escuta de uma denúncia (Boltanski, 1984). Segundo o autor, o potencial de uma ofensa é tão mais impactante quanto maiores forem as relações com uma “causa socialmente reconhecida” (Boltanski, 1984, p. 22). Por outro lado, não podemos minimizar a importância que os “bárbaros crimes” desempenham nesse alerta à população: eles tornaram a população mais *sensível* para a causa dos direitos da infância,

suscitando os sentimentos de “indignação” e de “compadecimento” com a “dor” e o “sofrimento” das vítimas e de seus familiares. Conforme propõem Polletta e Amenta (2001, p. 308), o “choque moral”, estratégia de muitos ativistas para atraírem a atenção para uma determinada “causa”, não diz respeito a propriedades intrínsecas de certos eventos, ou de certos casos, mas ao universo moral que os interpreta como diferentes dos demais, e potencialmente oportunos politicamente.

À frente da organização desse protesto estava Antonia Melo, uma liderança reconhecida que, até então, não tinha relação com as vítimas, nem com seus familiares. Antonia desempenharia o papel de um “denunciador”, nos termos de Boltanski que, não tendo proximidade com as “partes” diretamente envolvidas, vê aumentadas as chances de produção de uma “escuta”. No entanto, Antonia não reivindica neutralidade, nem isenção. A propósito, como ser neutro quando a brutalidade mata e mutila dezenas de crianças?

De acordo com outra entrevistada, “o caso dos meninos emasculados” resultou nas maiores e mais bonitas manifestações na cidade. Em suas palavras, “foi um caso assim que reuniu gregos e troianos em apoio e solidariedade às famílias das vítimas e às vítimas... só mesmo aqueles que não queriam que as investigações fossem feitas não participavam” (entrevista com Antonia Martins, Altamira, 2010). Nesses termos, o não emocionar-se, o não indignar-se e, no limite, o não engajar-se perante um “caso” tão brutal são apresentados como atitudes moralmente impensáveis.

Dessa maneira, as narrativas construíram a imagem dos familiares do “caso” como pessoas que estavam na “luta” por seus filhos e por uma Altamira melhor. Eles seriam homens e mulheres de “coragem” porque desafiavam autoridades omissas e incompetentes e porque não se curvavam aos poderosos locais que teriam envolvimento com os crimes. A despeito das características potencialmente desonrosas dos crimes, a humilhação não cobria os familiares das vítimas, porque eles decidiram “ir às ruas”. Nesse universo moral, é no calar-se que repousa o perigo da humilhação e da desonra.

À mobilização iniciada pelos religiosos católicos e por mulheres ligadas ao movimento de mulheres local, aos poucos, reuniram-se os familiares das vítimas. Dona Rosa, passado aquele momento inicial de “fraqueza”, passa a dar continuidade ao formato dos protestos: através de caminhadas, passeatas e vigílias, a “luta por justiça” se tornava visível e tecia a adesão da população. Por outro lado, as propriedades sociais conferidas a uma “mãe de vítima”

constroem a “luta” de maneira específica. Enquanto Antonia representava o compromisso com a causa da infância pela via do “dever de todos”, o engajamento de dona Rosa está vinculado ao seu papel de mãe, ainda que sua “luta” tenha ultrapassado as questões mais diretamente ligadas ao “caso”. O processo político por meio do qual os “familiares” de vítimas tornam-se vozes legítimas na “luta por justiça” foi analisado por Pita (2010, p. 173), para quem o familiar é visto “como um tipo de ativista particular, diferente dos demais e com um *plus* de legitimidade”.

No caso do *comitê*, “familiar” é o termo que expressa a identidade de seus integrantes, o que pode ser explicado pela participação não somente de mães, mas também de uma irmã e de dois pais de vítimas. Em várias ocasiões de falas públicas que acompanhei, porém, a categoria “mãe de vítima” ou apenas “mãe” se sobrepõe às outras relações e identidades, como prova da habilidade dessas lideranças no jogo político que tende a privilegiar a relação entre as mães e seus filhos. “Somos todos e todas tornados ‘mães’ na fala de um operador do direito em meio a um julgamento, inclusive os homens presentes”, afirmam Vianna e Farias (2011, p. 85) em análise sobre a atuação política de familiares de jovens mortos pela polícia militar do Rio de Janeiro. Para Leite (2004), a categoria identitária e política de “mães de vítimas” retira sua força da alusão religiosa que existe entre todas as mães e Maria, mãe de Jesus. De fato, a legitimidade da “luta” de “mães” pela causa de seus filhos (nem sempre associada a eventos de morte como o que temos analisado) vem acompanhada da legitimidade de um modo de protestar bastante específico e já rotineiro em muitas cidades latino-americanas, onde ruas, praças, escadarias são transformadas em cenário para a publicização de dores e de sofrimentos. Para Leite (2004, p. 162), os protestos de “mães” transformam a “dor” e a “perda” em “perdão” e “tolerância”, (re)construindo assim a face mais visível e socialmente aceita das mobilizações: seu caráter pacífico.

As narrativas dos integrantes do *comitê*, bem como as de seus apoiadores, enfatizam a orientação pacífica de seu estilo de mobilizar-se. Nas palavras do bispo Dom Erwin Krautler, a *revolta* e a *indignação* das *mulheres* não as levaria a cometer qualquer ato de violência pois elas partilhavam a filosofia da “resistência não violenta, mas reativa e decidida”. Nesse sentido, a resposta aos crimes era a mesma resposta às injustiças e às desigualdades contra as quais trabalhadores e trabalhadoras lutavam, há décadas, na região.

Valorizando a atuação do *comitê* em termos de um “movimento pacífico”, dona Rosa orgulha-se em dizer que os protestos jamais resultaram em “violência”, “confusões” ou “quebra-quebras”. “Que comerciante ia querer nos ajudar se a gente quebrasse a fachada da loja dele? Se sujasse sua calçada?” Para além dessa dimensão que poderíamos considerar como mais pragmática, é a ideologia mais ampla do “movimento pacífico” que aparece com mais frequência na fala dos familiares de Altamira.

A autoridade que reveste os ativistas familiares de modo geral não se constrói apenas em relação à causa à qual dedicam suas vidas, mas permeia seu cotidiano. Assim, cada protesto e cada discurso representam a oportunidade de levar a “causa” até outras pessoas, construir e/ou reforçar a adesão, mas neles também estão implicados riscos em comprometer a imagem do coletivo político, das lideranças ou da “causa” em si mesma. Apesar disso, os familiares de Altamira, em especial dona Rosa, movem-se em um terreno conhecido quando falam em público, o que não quer dizer que se sintam confortáveis nessas situações, já que o sentimento de devastação é revivido a partir dessas falas.

Dona Rosa tem estatura mediana e pele morena. Ela usa os cabelos escuros e lisos quase sempre presos. Os olhos também escuros e rasgados, acentuados pela sobrancelha afinada, lhe conferem uma aparência indígena. Seu falar é lento e constante, embora já a tenha visto acionar um modo de fala distinto, com a voz mais impostada, o que deixava transparecer o esforço por tentar falar um pouco mais alto que seu tom de voz normal. Durante nossas três entrevistas, ela não chorou. Em uma ocasião, explicou: suas lágrimas haviam secado, resultado do sofrimento contínuo. Seus olhos, no entanto, ficam continuamente marejados quando ela se refere ao filho e aos crimes. Nos eventos de direitos humanos em que estivemos juntas, dona Rosa não esteve com os olhos marejados, mas falou de modo mais inflamado, encadeando as ideias com a fluência típica de muitas lideranças. Ao ler o discurso proferido em audiência pública na Câmara dos Deputados, em 1996,⁶ que passo agora a reproduzir, imaginei que este teria sido o “tom” escolhido para esse momento, interpretado como uma “conquista política” e também uma “ocasião solene”.

⁶ Apresentações orais de todos os participantes da audiência foram transcritas pelo setor responsável da Câmara dos Deputados e incluídos no processo judicial consultado. Foi por essa via que acessei o discurso que ora analiso.

Boa tarde a todos. Mais uma vez sinto-me comovida, emocionada. Não é a primeira vez que venho a Brasília reivindicar nossos direitos, os direitos das nossas crianças à vida, mostrar o nosso sofrimento e as omissões que ocorreram por parte das nossas autoridades do Pará, principalmente no nosso município de Altamira. [...]

É triste o nosso sofrimento. De 1989 para cá, vimos lutando e perdendo nossos filhos. A nossa cidade não é uma cidade livre, liberta, onde nossas crianças podem brincar, estudar, onde as mães podem dormir em paz ou seus filhos irem às escolas e voltar bem. Enquanto eles estão nas escolas, as mães e os pais estão em aflição até que seu filho chegue, até porque os culpados estão soltos. [...]

No dia 1º de outubro de 1992, meu filho saiu de casa às 9h30min para prender alguns bezerros que a gente criava, e a partir das 11h ele já não se encontrava mais no local. Foi dada a notícia. Toda a comunidade foi procurá-lo, e não foi encontrado. Dois dias depois, no dia 3, nós o encontramos morto, emasculado, com seus olhos arrancados e seus genitais e pulso cortados. Não tivemos o direito de chegar perto, de abraçá-lo, de despedir. Não tivemos esse direito, tanto eu quanto as outras mães. Sete mães sabem onde estão suas crianças, as demais não sabem, pois desapareceram; outras foram sequestradas. Temos três crianças que sobreviveram e hoje vivem as suas agonias, os seus sofrimentos. Foram desprezadas também pelas nossas autoridades. Não têm apoio, não têm um acompanhamento psicológico e nem têm também assistência médica.

Como os senhores podem ver, temos ali o nosso painel, onde temos duas fotografias de como foram encontradas nossas crianças. É muito difícil sobrevivermos num país como o nosso, onde a omissão está “de parabéns”, onde o nosso Brasil é o rei da omissão. Isso é muito triste para nós que vivemos neste nosso país, tão rico, tão falado, mas tão omissos por parte de nossas autoridades. Não sei se é porque nós somos famílias pobres. Os acusados são de famílias ricas. Por aí já se tira que é difícil a nossa caminhada, porque temos bastantes espinhos por esse caminho. Já estiveram presos e já foram soltos. [...]

Mais uma vez eles nos matam. Cada vez que acontece uma omissão, ficamos mais massacrados, mais sofremos por esse abandono por que passamos. Eles foram soltos há mais de um ano, e há mais de um ano esse processo foi arquivado. Somente hoje estamos novamente aqui. [...]

Como mãe, Coordenadora do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, respondendo por todas as mães, pais e irmãos, volto a pedir ajuda aos senhores. Só os senhores, nossos amigos que nos tem ajudado, é que podem continuar nos ajudando. Estamos nas mãos dos senhores, das autoridades. Aqueles que querem nos ajudar realmente, nós confiamos. Não queremos criar pânico no mundo, principalmente na nossa cidade ou no nosso Estado. E já tivemos a oportunidade de fazer vingança, mas não queremos isso. Acreditamos

na nossa Justiça da Terra e temos fé em Deus que Ele vai dar essa força para nossa Justiça, que tem falhado várias vezes, mas que uma hora pode ser iluminada pelo Espírito Santo e pode dar certo. Temos essa fé e pedimos aos senhores esse apoio. Ficaremos muito agradecidos, a todos que fizerem isso por nós, pelas nossas crianças.

Narrativas como a de dona Rosa são aquelas em que o sofrimento é apresentado como uma dimensão constitutiva de trajetórias, experiências, identidades. Trata-se de um relato eloquente, uma “narrativa política poderosa”, como afirma Das (1996, p. 177). Segundo a autora, inspirada em Wittgenstein, os atos de fala que comunicam dores e sofrimentos – como a afirmação “me dói” – não são enunciados que descrevem estados emocionais, mas produzem uma *queixa* e, desse modo, significam apenas o início de um jogo de linguagem (Das, 1996, p. 432).⁷ Ao apresentar-se como vítima não apenas da violência contra seu filho, mas de todo um ciclo de omissão, ao construir as vítimas como sujeitos de direitos e acima de quaisquer suspeitas, ao efetuar com habilidade o deslocamento entre o crime contra o filho e a causa do coletivo político, dona Rosa constrói a escuta da plateia então composta por políticos de expressividade nacional.

Dona Rosa espera construir a adesão à sua causa. Para tanto, ela não só descreve os crimes como também as “falhas”, as tantas “omissões” ao longo dos anos de interação com o poder público. Ainda que pudesse construir sua fala de modo acusatório – uma vez que ela considera que o “Estado” é o responsável pelas “omissões” e “abandonos” que “massacram” os familiares – dona Rosa opta por encaminhar sua reivindicação em termos de um “pedido”, um “pedido de justiça”. Exigir ou pedir são formas de ação política que comunicam posições distintas em relação à instância com a qual se interage. Enquanto a exigência é uma forma de imposição que pretende afastar qualquer possibilidade de regateio, o pedido é um recurso dos mais fracos, mas nem por isso menos

⁷ Acerca desse debate, são importantes também as contribuições de Gregori (1993, p. 185), para quem a *queixa* “é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima”. Estudando o relato de mulheres que se referem a si próprias como sendo vítimas da violência de seus companheiros, a autora analisa que a *queixa* é proferida na intenção de relatar aos ouvintes o sofrimento que vem sendo experienciado, o que produz a culpa do algoz e a passividade da vítima. Duvidar, questionar, não “tomar para si” o sofrimento que é emocionalmente relatado significa recusar a construção social de si elaborada pela vítima. Esse ponto será recuperado nas perspectivas finais.

eficaz. Como vemos, encaminhar sua demanda em termos de um pedido não a impede de apresentar denúncias e ainda assim manter aberto o canal de diálogo por meio do qual ela espera que os políticos possam “tomar a causa”.

Dona Rosa encaminha aos políticos um pedido de “ajuda” e de “apoio” para romper com o que ela nomeia como sendo um “ciclo de “omissão”. Afirmado “ter fé” na Justiça, ela demonstra a comunicação idealizada entre os campos da “justiça da terra” (ou “dos homens”) e a “justiça de Deus”. Enquanto a primeira é representada a partir das “falhas” e das “omissões”, a última é inequívoca e, pelo que afirma, estaria a seu favor, isto é, a favor dos familiares e das crianças, vivas e mortas, vítimas e não vítimas. A espera por “direitos” e por “justiça” não é suportada senão com ajuda da “crença” e da “fé” em Deus. Com suas palavras, seus atos e seu corpo, dona Rosa transforma os políticos em “aliados” que, com seu apoio, poderiam reverter um estado de coisas “injustas” e causadoras de sofrimento não apenas nas vítimas ou em seus familiares, mas em toda uma cidade. No dizer de Austin (1986), a fala configura-se como um *ato perlocucionário*, produzindo efeitos e instaurando posições através de palavras.

Perspectivas finais

O engajamento em torno de uma “causa” que surge com a perda de um filho ou irmão, em princípio, pode parecer uma atividade que dificulta a “superção” daquilo que os próprios sujeitos dizem ser “o pior momento de suas vidas”. O rememorar constante, as lágrimas (molhadas ou secas) e a resistência na “luta” durante anos a fio reforçam essa sensação. De fato, os familiares “lutam” continuamente para que o “caso” não seja jamais esquecido. O que os familiares contam, no contexto de nossas entrevistas e também fora dela, é que suas vidas foram drasticamente alteradas após terem tido seus meninos vitimados de uma maneira tão brutal. Esse é o momento em que “tudo mudou”, que faz o “antes” ser tão diferente do “depois”, que marca o momento em que “nunca mais foram os mesmos”. O assassinato do filho ou do irmão (inclusive enquanto uma fantasmagoria, no caso das vítimas desaparecidas ou sobreviventes) é vivido como um “evento crítico”, nos termos de Das (1996).

A dimensão afetiva, portanto, é a marca da “luta” que, em si mesma, contém a ideia de sofrimento, como procurei discutir neste trabalho e como

Comerford (1999) exemplarmente apresenta em sua análise sobre o uso da categoria entre trabalhadores rurais. Contudo, a dimensão afetiva não oblitera todas as outras implicações presentes e decorrentes do ato de engajar-se em uma “causa”. Como observei em minhas próprias investigações e também pela leitura dos trabalhos de Comerford (1999, 2003), Durham (2004) e Gaxie (1977), os sujeitos engajados em movimentos sociais valorizam aprendizados como “falar bonito”, a ampliação da rede de conhecidos, os conhecimentos acumulados, etc. Dona Carolina, mãe de Maurício, desaparecido aos 14 anos, relatou “ter aprendido o valor de sua assinatura” durante sua “caminhada” junto aos companheiros do *comitê*. Para Durham (2004, p. 292), por intermédio dos movimentos sociais, seus participantes transformam necessidades e carências até então vistas como questões individuais em *direitos* a serem reivindicados.

As retribuições da militância, nesse sentido, não são ignoradas pelos sujeitos, mas também não são acionadas prioritariamente quando se fala da “luta”. Desse modo, não se nega que a participação em movimentos sociais capacite os sujeitos a lidar com instâncias da burocracia, que aprimore sua fala, melhore seu vocabulário e sua escrita, que os coloque em contato com novos agentes e instituições e, sobretudo, que tudo resulte em um capital social não mensurável e passível de ser convertido também em capital financeiro (através do financiamento de passagens, pagamento de diárias, remuneração por serviços prestados, etc.). Contudo, é a “satisfação de defender seus ideais” (Gaxie, 1977, p. 125) e, no caso dos familiares de vítimas, a proximidade que conseguem estabelecer com o ente vitimado o que valorizam como produto dessa “luta”, capaz de compensar a “ingratidão” e os “espinhos”.

Interpreto as narrativas dos familiares das vítimas enquanto atos políticos que incidem sobre suas dores privadas, capazes tanto de acentuá-las ou apaziguá-las. Lembrar aqueles acontecimentos, como já dito, os faz sofrer. Falar sobre eles os faz reviver e sentir, no corpo e na alma, dores e sofrimentos. Participar de algum movimento social, efetivamente, significa ampliar drasticamente as oportunidades de fala e disso decorrem implicações positivas e negativas. No caso do *comitê*, a estratégia de ação organizada resultou em anos a fio de uma “luta” que teve como principal interlocutor o “Estado”, em seus diferentes setores: polícia, assistência social municipal, judiciário, Assembleia Legislativa, assistência e “promoção” social estadual, Congresso Nacional, etc.

As “conquistas” que os familiares apontam como resultado desse processo de interação e negociação com “autoridades” – a realização do julgamento, em 2003, e a concessão de pensões indenizatórias, em 2008 – não ocorreram livres de situações às quais se referem, novamente, em termos de “sofrimento”. Na fala de dona Carolina, mãe de Maurício, essa relação aparece assim interpretada:

“Ah, Carolina tá ganhando um salário!” Eu digo: “Um salário não paga uma sentada nossa numa cadeira daquela do Tribunal.” Por causa do sofrimento que causou a nós. Sabe o que é, mana, você perder um filho que era um pedaço de você e você ter que de cinco em cinco dias, de oito em oito dias ter que sentar na frente de uma multidão e contar pra aquelas pessoas tudo o que aconteceu?! (Entrevista com dona Carolina, Altamira, 2010).

Contudo, é justamente porque o militar e o falar os faz sofrer que eles são capazes de (re)construir o vínculo com a vítima. Em outras palavras, o falar, enquanto um ato político ao qual os familiares atribuem a maior importância e, ao mesmo tempo, boa parte da causa de seu sofrimento, produz nos sujeitos a sensação de que “estão fazendo alguma coisa” por seus meninos, assim reforçando o vínculo existente entre eles. O universo moral construído pelos familiares promove certos atos voluntários ao estatuto de obrigatórios, incluindo-se aí os sacrifícios (Durkheim, 1970), que podem ser metaforizados nas situações cotidianas que vivenciam e que relatam, como a exposição à violência, as dores físicas, as doenças, a renúncia a dimensões prazerosas da vida. De fato, ingressar nesse universo moral não é um ato obrigatório para quaisquer pais e mães, mas é uma opção vivida nesses termos por aqueles que desejam comunicar a perda irreparável do filho “que era um pedaço de você”.

Nesse sentido, as falas causadoras de dores e sofrimentos, que poderiam ser percebidas como um empecilho rumo à “superação” do trauma, funcionam como uma estratégia de comunicação (para si mesmo e para os outros) de que, de fato, a ferida jamais será “cicatrizada”: ela está ali, aberta, exposta, nunca fechará e assim será apresentada. Comunicando que suas próprias vidas não voltaram ao normal (nem tampouco voltarão), os familiares esperam impedir que o “caso” ao qual dedicam suas vidas seja esquecido. Através de suas ações políticas, os familiares prolongam seu luto como parte de seu protesto. Em certo plano, a persistência do luto frustra a expectativa social de que a vida dos familiares seja “retomada” após um período legítimo de suspensão das atividades cotidianas. Tal como construído pelos familiares, o luto não pode

ser definido como uma situação transitória e intermediária que marca a “passagem” de *status* dos que se foram e dos que ficam: vivo/morto, casada/viúva, criança/adulto, conforme o sentido empregado por Van Gennep (1977). O luto passa a ser condição estável de suas vidas.

Tal como abordada por Butler (2000), a ideia do “insepulto” ajuda a pensar a representação simbólica dos corpos “emasculados” como ainda expostos, à espera do tratamento “digno” por parte do “Estado” e pelo “reconhecimento” por parte da “sociedade”. A “luta” dos familiares, nesse sentido, é também uma “luta” contra a representação de que aquelas vidas eram descartáveis, desimportantes e substituíveis. Nesse cenário, o que poderia ser percebido como parte dos “custos sociais” da militância – os “espinhos” no caminho – são vistos como um preço menor a ser pago. A mobilização, e a fala, em particular, representam os meios pelos quais os familiares das vítimas conseguiram “levantar da rede”, passando a ter a sensação de que “alguma coisa estava sendo feita” em nome daqueles que morreram inocentes. Não conferir sentido às suas falas emocionadas e cheias de detalhes, sempre inadequadas ao trâmite burocrático preocupado em extrair “fatos”, mas também nem sempre valorizadas atualmente, quando 20 anos se passaram desde o início dos crimes, significa recusar não só a identidade que os familiares construíram para si mesmos enquanto representantes e defensores da memória das pessoas “mais importantes de suas vidas”, mas significa também a desvalorização de toda uma trajetória orientada por valores como a legalidade, a legitimidade, o respeito e, sobretudo, o afeto.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988). In: OLIVEIRA, J. P. de (Org). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1990. (Antropologia e Indigenismo, n. 1). p. 117-138.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ARAÚJO, F. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)– Instituto de Filosofia e Ciências sociais, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

AUSTIN, J. L. *How do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

BOLTANSKI, L. La denonciation. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, v. 51, p. 3-40, 1984.

BUTLER, J. *Antigona’s claim: kinship between life and death*. New York: Columbia University Press, 2000.

COMERFORD, J. *Fazendo a luta: sociabilidade, fala e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

COMERFORD, J. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NuAP, 2003. (Coleção Antropologia da Política).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2011*. Organização de Antonio Canuto, Cassia Regina da Silva Luz e Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

COSTA, R. de C. P. *Como uma comunidade: formas associativas em Santo Antonio/PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém 2008.

DAS, V. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1996.

DAS, V. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Trad. de María Dales y Julia Piñeiro. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 19-52, 2008.

D'INCAO, M. A.; COTTA JR., H. Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura do Pará. In: D'INCAO, M. A. et al. *Mulher e modernidade na Amazônia*. Belém: Gepem/CFCH/UFPA, 2001. t. 2, p. 429-466.

DUARTE, L. F. D. Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LOPES, J. S. L. (Org). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional: Marco Zero, 1987. p. 203-226.

DURÃO, S.; COELHO, M. C. P. Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da “tecnologia social” do Grupo Cultural AfroReggae. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 899-935, 2012.

DURHAM, E. Movimentos sociais: a construção da cidadania. In: DURHAM, E. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 281-294.

DURKHEIM, E. Julgamentos de valor e julgamentos de realidade. In: DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970. p. 84-99.

FERREIRA, L. C. de M. *Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em : <<http://teses2.ufrj.br/72/teses/768084.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

FLAM, H.; KING, D. *Emotions and social movements*. London: Routledge, 2005.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GAXIE, D. Économie des partis et rétributions du militantisme. *Revue Française de Science Politique*, v. 27, n. 1, p. 123-154, 1977.

GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra: Anpocs, 1993.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, M. C. (Org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002. p. 203-232.

HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?: gênero e infância pobre no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 291-342.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Org.). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LACERDA, P. *O “caso dos meninos emasculados de Altamira”*: polícia, justiça e movimento social. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://teses2.ufrj.br/72/teses/784602.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

LACERDA, P. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2013.

LEITE, M. P. As mães em movimento. In: LEITE, M.; BIRMAN, P. (Org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 141-190.

MANESCHY, M. C.; ALMEIDA, M. Tornar-se pescadora; associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, M. C. (Org.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002. p. 47-82.

MAUÉS, R. H. Comunidade no “sentido social da evangelização”: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia oriental brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 13-37, 2010.

MENEZES, R. A. *Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Garamond: Fiocruz, 2004.

PANTOJA, A. L. *Sendo mãe, sendo pai: sexualidade, reprodução e afetividade entre adolescentes de grupos populares em Belém*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

PEIRANO, M. Prefácio: rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. p. 7-14.

PITA, M. V. *Formas de morir y formas de vivir: el activismo contra la violencia policial*. Buenos Aires: Del Puerto/CELS, 2010. (Serie Revés, Antropología Jurídica y Derechos Humanos, 2).

POLLETTA, F.; AMENTA, E. Second that emotion? Lessons from once-novel concepts in social movement research. In: GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001. p. 303-316.

REZENDE, C.; COELHO, M. C. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SCHEPER-HUGHES, N. *Death without weeping: the violence of every day life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHEPER-HUGHES, N. A talent for life: reflections on human vulnerability and resilience. *Ethnos*, v. 73, n. 1, p. 25-56, March 2008.

SILVA, M. I. C. da. *Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, A. P. *O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso de muitas vozes*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável)–Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, 2006.

TAUSSIG, M. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TURNER, V. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual ndembu*. Niterói: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

TURNER, V. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011.

VÍCTORA, C. G.; RUAS-NETO, A. L. Querem matar os ‘últimos Charruas’: sofrimento social e a ‘luta’ dos indígenas que vivem nas cidades. *Revista Antropológicas*, ano 15, v. 22, n. 1, p. 37-59, 2011.

Recebido em: 20/12/2013
Aprovado em: 09/06/2014